

CAE pode sabatinar amanhã dois indicados para a diretoria do BC

Futuro presidente da comissão, senador Delcídio Amaral, quer que essa seja a primeira votação do ano

Votar amanhã as indicações de dois diretores do Banco Central, enviadas na semana passada ao Senado

pela presidente Dilma Rousseff, deve ser a primeira tarefa da Comissão de Assuntos Econômicos neste ano, de acordo com

o senador Delcídio Amaral, escolhido pelo PT para presidi-la. Os indicados são Sidnei Corrêa Marques e Altamir Lopes. **3**

O que diz o projeto do salário mínimo

	valor	R\$ 545
	vigência	mês seguinte à publicação da lei
	reajuste	anual, por decreto do Poder Executivo
	regras para o reajuste (de 2012 a 2015)	reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior aumento real pela taxa do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes
	exemplo	para 2012, serão somados o INPC de 2011 e o PIB de 2010
	estimativa para 2012	R\$ 616



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Jucá acredita que proposta do governo deve ser votada nesta quarta-feira

Relator, Jucá afirma que rejeitará mudanças no mínimo

Líder do governo e relator do projeto que reajusta o salário para

R\$ 545 informa que pedirá votação nominal para emendas. **4**

Plenário deve votar projeto que combate fraude previdenciária **2**

CCT ouvirá governo e senadores para fixar metas **3**



Sélic/MEC

Aprendizes em aula de panificação: tramitam no Congresso 42 projetos autorizativos para criação de escolas técnicas federais

Claudino cobra estímulo à qualificação profissional dos jovens

Como a adequação do ensino ao mercado de trabalho pode levar anos, João

Claudino sugere uma medida rápida para diminuir o desemprego de jovens: a redu-

ção de encargos trabalhistas para contratação de pessoas sem experiência. **3**

Proposta já aprovada na Câmara dos Deputados obriga cartórios de registro civil a comunicarem as mortes às secretarias de segurança pública de estados e municípios

Plenário vota amanhã projeto contra fraude previdenciária

O SENADO PODE votar amanhã o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/08, que obriga os serviços de registros civis de pessoas naturais (pessoas físicas) a comunicarem às secretarias de segurança pública dos estados e municípios as mortes registradas. A proposta do ex-deputado Celso Russomanno foi aprovada com duas emendas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Russomanno disse que muitas fraudes deverão ser evitadas com essa providência. A relatora da matéria na CCJ, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), observou que o projeto vai aperfeiçoar o trabalho estatístico das secretarias de segurança e evitar a ocorrência de fraudes contra o regime previdenciário, evitando a continuidade de pagamento indevido de aposentadoria e pensões após a morte do beneficiário.



Relatora na CCJ, Lúcia Vânia fez emendas à proposta do ex-deputado Russomanno

O texto aprovado pela CCJ estabelece que o oficial de registro civil deverá comunicar o óbito à secretaria de segurança pública do estado que tenha emitido o documento de identidade, salvo se, em razão da causa da morte, essa informação for manifestamente desnecessária.

Lúcia Vânia disse que fez emendas para ajustar a jurisdição da matéria, conservando o

objetivo principal do autor. Um desses ajustes retirou do texto original a obrigatoriedade do fornecimento da informação dos óbitos à Receita Federal, mantendo somente as secretarias de segurança. A relatora justifica que já existe norma jurídica prevendo essa questão após a unificação das receitas previdenciária e federal, que resultou na criação da Receita Federal do Brasil.

Waldemir Barreto/Senado Federal

José Cruz/Senado Federal

Crivella solicita homenagem aos 90 anos da Folha de S. Paulo

Marcelo Crivella (PRB-RJ) solicitou a realização de sessão especial para homenagear o jornal *Folha de S. Paulo* pelos seus 90 anos, completados no último sábado. O senador ressaltou o papel do jornal na redemocratização do Brasil.

Para Crivella, é importante celebrar a longa existência de um órgão jornalístico, especialmente se forem lembrados os momentos em que a liberdade de imprensa esteve sob ataque. Ele destacou o período da ditadura militar, em que o Congresso chegou a ser fechado.

– A democracia depende, e muito, de uma imprensa independente. Por isso, temos de reconhecer a importância do papel assumido pela *Folha*

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Crivella resalta papel exercido pelo jornal na redemocratização do país

de *S. Paulo* para a redemocratização do nosso país – afirmou.

A sessão especial, justificou o senador, também celebraria a vitória de uma imprensa livre.

Tolerância

Crivella citou reportagem da *Folha* sobre o DNA do povo brasileiro, formado pela miscigenação entre europeus, indígenas e negros, o que leva o país a caracterizar-se como tolerante em relação às diferenças.

O senador disse que os parlamentares e os brasileiros possuem a índole de respeitar as diferenças, inclusive de preferência sexual. Ele observou que a lei pune quem ridiculariza ou comete violência contra pessoas em razão das diferenças.

No entanto, Crivella criticou o projeto que torna crime a discriminação de homossexuais. Para ele, a proposta impediria padres e pastores de falar sobre o texto bíblico, que considera o homossexualismo um pecado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão destinada a pronunciamentos

11h A sessão de hoje, não deliberativa, é destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Gilvam Borges (PMDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS).

Presidência Aniversário de jornal em São Paulo

19h30 O presidente do Senado, José Sarney, participa de cerimônia, na capital paulista, pelos 90 anos do jornal *Folha de S. Paulo*.

Terça-feira

Reforma política Comissão será instalada

12h Instalação da Comissão de Reforma Política destinada a apresentar, no prazo de 45 dias, um anteprojeto sobre a matéria. O colegiado é composto por 12 integrantes e será presidido pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Quarta-feira

CCJ Indenizações a anistiados políticos

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta que modifica o cálculo do valor das indenizações por danos morais e materiais devidas aos anistiados políticos. O projeto determina ainda fiscalização sobre as decisões relativas às indenizações. Outra proposta em pauta cria cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Gilvam Borges • João Vicente Claudino • Pedro Simon

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Claudino defende estímulo à formação profissional do jovem

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou investimentos na formação educacional e profissional do trabalhador, de modo a garantir um crescimento econômico sustentável. Ele comentou artigo recente do professor de Relações do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore, segundo o qual 45% dos desempregados têm entre 15 e 24 anos.

Claudino admitiu, entretanto, que a adequação do ensino ao mercado de trabalho pode levar anos para apresentar resultados e sugeriu, como medida rápida e viável para diminuir o desemprego de jovens, a redução dos encargos trabalhistas para contratação de pessoas sem experiência profissional.

– Segundo Pastore, basta que se reduzam os encargos de contratação de jovens, iguais aos despendidos para contratar um profissional experiente, de 102,43% sobre o valor do salário. A redução para cerca de 60% serviria

para quebrar o círculo vicioso entre a falta de contratação e a falta de experiência – comentou o senador.

O parlamentar também destacou em seu discurso a relação entre nível de escolaridade, empregabilidade e remuneração. Ele citou estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que revelou aumento do desemprego nas atividades menos qualificadas – e indiretamente, também nas que têm remuneração mais baixa.



Claudino: 45% dos desempregados no país têm entre 15 e 24 anos

Requião trará ao Senado projetos educacionais bem-sucedidos no PR

Escolhido pelo PMDB para presidir a Comissão de Educação, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou, na sexta-feira, que vai apresentar na CE alguns projetos bem-sucedidos em sua gestão como governador.

Segundo Requião, o carro-chefe de sua gestão foi a educação, com iniciativas voltadas para o aparelhamento adequado das escolas e para a valorização dos professores. Algumas dessas medidas deverão ser apresentadas na CE.

– Apresentei uma emenda que determina que o estado deve aplicar 30% do orça-

mento em educação. Podemos observar também que os salários pagos no estado são os maiores do país, além de criarmos o Programa de Desenvolvimento da Educação, que é um programa de formação continuada dos professores. Iremos apresentar também projetos que levam internet banda larga para as escolas – informou Requião.

O senador afirmou que essas e outras medidas alavancaram a educação no Paraná e observou que os resultados podem ser verificados nos exames de rendimento do ensino.

Eduardo Braga define prioridades para a CCT

O futuro presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Eduardo Braga (PMDB-AM), deve visitar os ministros Aloizio Mercadante (da Ciência e Tecnologia) e Paulo Bernardo (das Comunicações) para definir o cronograma e os temas que o Poder Executivo pretende apresentar. Ao mesmo tempo, vai discutir com os líderes e integrantes da comissão quais serão as prioridades do Congresso, para adaptar a pauta do governo a esses temas.

Na sexta-feira, o senador antecipou que a modernização da banda larga será foco de grandes debates na comissão. Eduardo Braga citou como exemplo seu estado, o maior da Federação, com uma população esparsa de 4 milhões de pessoas,



Senador promete grandes debates sobre banda larga na comissão

“que precisam muito de uma cobertura de banda larga via satélite para levar o ensino a distância, um diagnóstico de saúde a distância, como também novas e boas práticas de meio ambiente”.

Outra questão importante destacada pelo próximo presidente da CCT foi o conteúdo da telefonia móvel, que já está apta a receber a TV digital. Esse, para ele, será mais um grande passo na normatização e no marco regulatório do setor.



Sidnei Marques deve ir para área que controla operações de crédito rural



Altamir Lopes foi indicado para a Diretoria de Administração do Banco Central

CAE deve sabatinar amanhã dois indicados para o BC

Delcídio Amaral, indicado pelo PT para presidir o colegiado, acredita que amanhã será possível instalar a comissão e realizar as sabinas de Altamir Lopes e Sidnei Marques

A PRIMEIRA TAREFA da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nesta legislatura deve ser o exame das indicações de dois novos diretores para o Banco Central. O senador Delcídio Amaral (PT-MS), escolhido por seu partido para comandar a CAE, espera que a comissão seja instalada amanhã e que logo em seguida sejam realizadas as sabinas e votadas as mensagens com as indicações de Sidnei Corrêa Marques e Altamir Lopes para o BC.

– É importante que a instituição possa contar com toda sua

diretoria formada. A presidente indicou dois competentes profissionais de carreira e agora devemos cumprir nosso papel, cuidando do exame das mensagens – disse Delcídio.

Assinadas pela presidente Dilma Rousseff, as mensagens chegaram ao Senado na quinta-feira. Delcídio adiantou que os relatores já foram definidos. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) deve preparar o relatório referente à indicação de Altamir Lopes. Já a relatoria da mensagem com o nome de Sidnei Marques ficou com o senador

Valdir Raupp (PMDB-RO).

Altamir Lopes, 58 anos, foi indicado para a Diretoria de Administração. Formado em Economia, atualmente ele comanda o Departamento Econômico da instituição.

Sidnei Corrêa Marques, 57 anos, formado em Ciências Contábeis, está sendo designado para a Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural. Hoje ele chefia o Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação do Banco Central.

Sabatina no Senado com participação da sociedade

O exame da indicação de autoridades para cargos de ministro de tribunais superiores, embaixadores e dirigentes do Banco Central poderá incluir a participação da sociedade, conforme proposta de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR). Em discurso na sexta-feira, o parlamentar explicou que a população poderá fazer perguntas ao indicado ou enviar informações sobre ele por meio do portal do Senado.

– Acredito que essas audiências para escolha de ministros do Supremo Tribunal e embaixadores são de grande responsabilidade e caberia a nós, senadores, abrir a perspectiva para que a sociedade civil pudesse participar dessas audiências, trazendo subsídios, opiniões e mesmo, em algumas circunstâncias, denúncias que de outra forma não chegariam ao Senado da República – disse.

Requião propõe o exame da autoridade em três etapas: na primeira, sem a presença do indicado, o relator apresentaria o relatório em reunião da comissão. Na segunda, seria concedida vista coletiva do relatório por cinco dias úteis, sendo o texto publicado no *Diário do Senado Federal* e divulgado no portal da Casa.

Na terceira etapa, o indicado seria submetido à arguição pelos membros da comissão, momento em que as perguntas da sociedade poderiam ser encaminhadas a ele. Para finalizar, o relatório seria então



Requião também defende adoção de lista eleitoral dupla na reforma política

votado pelos senadores.

– Não é aquele exame abrupto do relatório. Nos Estados Unidos, o exame pelo Senado e a aprovação de membro da Suprema Corte demoram seis meses. A sociedade inteira participa. As organizações profissionais, os advogados interagem com o Senado. E nós estamos, de uma forma um tanto quanto sumária, tratando desse assunto – argumentou.

Reforma política

Requião também defendeu a adoção de lista eleitoral dupla, como proposta de mudança do sistema eleitoral brasileiro. Conforme explicou, o eleitor votaria duas vezes, uma em lista fechada e outra em lista aberta.

– A lista fechada é uma lista formulada em uma convenção democrática do partido e essa lista é responsável pela proporcionalidade. Ou seja, teríamos eleitos pelo partido tantos de-

putados quantos viabilizasse a proporcionalidade dos votos na lista fechada, a partidária.

Pela lista aberta, conforme a proposta, os candidatos mais votados seriam eleitos, “com seus votos excedentes cedidos ao conjunto do partido”.

– No caso, por exemplo, de um determinado partido poder eleger 11 deputados, seis seriam da lista fechada e cinco da lista aberta. E, à medida que a institucionalização desse processo ocorresse, nós poderíamos pensar em evoluir para eleições mais ideologizadas – explicou.

Requião fez um alerta aos senadores para que não caiam “na armadilha pura e simples do voto distrital, que, na verdade, não é um voto distrital, é um voto majoritário feito em âmbito do estado, da unidade federada que estaria, de certa forma, drenando para um determinado candidato os votos de toda uma tendência”.

Paim reafirma sua proposta para antecipação de 2,75%

PAULO PAIM (PT-RS) voltou a defender, para o reajuste do mínimo, a antecipação parcial do índice a ser concedido em 2012. O senador propõe que, além da inflação de 2010, o valor seja reajustado em mais 2,75%.

Segundo Paim, a política de valorização que deve ser votada na próxima semana pelo Senado é a melhor proposta para recompor o valor do mínimo.

O senador disse que o projeto do Executivo surgiu a partir de uma comissão mista do Congresso e tem a marca das centrais sindicais, do ex-presidente Lula e da presidente Dilma.

– O salário mínimo, repito, saiu de US\$ 70 e hoje vale em torno de US\$ 322 – assinalou.

Aposentados

Paim também defende uma política de reajustes específica para aposentados e pensionistas. Ele lembrou que o salário mínimo sobe com o PIB, enquanto o salário do aposentado só acompanha a inflação.

De acordo com o senador, o fim do fator previdenciário é um dos caminhos para garantir



José Cruz/Senado Federal

Paim é a favor de lei específica para o reajuste dos benefícios do INSS

ganho real aos brasileiros que recebem pelo Regime Geral da Previdência.

– Então, quem ganha 30 [mil reais] se aposenta com salário integral; quem ganha 3,5 [mil reais] só pode se aposentar com 1,8 [mil reais] ou 2 mil [reais], no máximo, devido ao fator previdenciário – explicou.

Paim informou que a bancada do PT realizará amanhã uma reunião com ministros para tentar construir uma alternativa de reajuste para os aposentados.

– Estou dialogando com os parlamentares e todas as instâncias possíveis – disse.

PMDB deve dar apoio unânime ao projeto, afirma Gilvam Borges

O PMDB tende a votar unido pela aprovação do projeto do salário mínimo de R\$ 545 para 2011, sem emendas ao texto vindo da Câmara dos Deputados. A avaliação foi feita na sexta-feira pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

A proposta do governo também estende até o fim do governo Dilma a regra de reajuste do salário mínimo seguida nos últimos tempos, baseada na correção pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB)

de dois anos antes.

– Não constitui novidade dizer que o PMDB é governo e, como tal, vai corresponder à expectativa do governo. A base aliada tende a possibilitar que o projeto seja aprovado nesta Casa sem emendas – disse.

Gilvam observou ainda que a questão do salário mínimo vai além da discussão em torno de “mais ou menos” centavos de acréscimo. É preciso observar que aumentos acima do crescimento da economia provocam o mesmo efeito do aumento da carga tributária: o repasse dos custos, com pressão sobre os preços. É “imperioso discutir a reforma tributária”, defendeu.

O senador também elogiou discurso de Roberto Requião (PMDB-PR) sobre a reforma política. Gilvam disse concordar quando Requião afirma que o voto distrital já é uma realidade no país. E afirmou que a lista fechada, elaborada pelos partidos, será a grande alternativa, porque servirá para ajustar os partidos e depurar seus quadros.



José Cruz/Senado Federal

Para Gilvam, verdadeira discussão não é em torno de “centavos a mais”

Líder do governo confirmou na sexta-feira que vai relatar o projeto aprovado pela Câmara. Ele pedirá urgência para votação na CCJ e no Plenário já na quarta-feira

Relator, Jucá vai rejeitar todas as emendas ao salário mínimo

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), confirmou na sexta-feira que será o relator do projeto que cria a política de valorização do salário mínimo. Aprovado na Câmara no dia 16, o projeto fixa o piso salarial de 2011 em R\$ 545, conforme orientação do Executivo, e deve ser votado pelo Senado nesta quarta.

Pela proposta, até 2015 o mínimo será reajustado anualmente, de acordo com o índice de inflação do ano anterior mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Um decreto presidencial divulgará a cada ano os valores mensal, diário e

horário do salário.

– Daremos todas as explicações à base e votaremos o projeto da forma como ele veio da Câmara – disse Jucá, adiantando que dará parecer contrário a todas as emendas apresentadas.

Se sofrer modificações no Senado, o projeto terá que voltar à Câmara, o que pode impedir que o novo mínimo entre em vigor a partir do dia 1º de março. A oposição já anunciou que pretende apresentar duas emendas. A primeira delas proporá um mínimo maior, de R\$ 600. A segunda pretende suprimir do projeto o trecho que retira do Legislativo a prerroga-

tiva de decidir sobre o valor do piso salarial nacional.

– O salário mínimo será fixado por lei. O decreto é apenas uma ação operacional – disse Jucá, em defesa do mecanismo.

Uma terceira emenda foi anunciada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que anunciou sua proposta de que, além da inflação de 2010, o salário mínimo seja reajustado em mais 2,75%, a título de antecipação do aumento previsto para 2012.

Jucá, que deverá encaminhar pedido de urgência para votação do projeto já na quarta-feira, tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto no Plenário, disse ainda que entrará em acordo com as lideranças para que a votação das emendas seja feita nominalmente.

Jucá pretende fazer acordo com líderes para que votação das emendas seja nominal



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Senador critica intenção da oposição de recorrer ao STF para modificar proposta do governo

Lindbergh defende reajuste salarial por decreto

A oposição comete um erro ao anunciar a intenção de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o artigo 3º do projeto sobre o novo salário mínimo (PL 382/11), que autoriza o Executivo a fixar por decreto os valores entre 2012 e 2015. A opinião é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), segundo o qual uma decisão do STF contra o projeto, que deve ser votado na quarta-feira pelo Senado, pode colocar em risco a própria política de recuperação do piso.

– Se a tese da oposição prevalecer, não teremos critério definido para o reajuste do próximo ano – disse, explicando que o mínimo ficará entre R\$ 615 e R\$ 620 em 2012, caso prevaleça a regra prevista na proposta.

O projeto mantém a regra

que já está em vigor: correção do mínimo pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses anteriores mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

Dessa forma, a correção do mínimo de 2012 será feita pelo índice de inflação de 2011 mais o crescimento da economia de 2010. O mesmo esquema será aplicado nos anos subsequentes, até 2015. Definida a fórmula do reajuste, o projeto atribui ao Executivo a responsabilidade de fixar o valor por decreto a cada ano.

Limites

Lindbergh contestou o argumento da oposição de que essa

autorização legislativa viole o direito dos trabalhadores, assegurado na Constituição, de receber “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado”.

– O decreto vai apenas refletir o cálculo daquilo que está fixado em lei [a regra geral para o reajuste anual até 2015]. Não dá para sabermos, de antemão, a inflação do próximo ano – acrescentou.

O senador observou ainda que, se houver alguma dúvida quanto ao critério usado pelo governo para fixar o mínimo por decreto, ou se esse futuro decreto não corresponder ao previsto na lei, o Congresso Nacional tem poder constitucional de sustar atos normativos do Poder Executivo.

Mozarildo reitera denúncias contra governador de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a denunciar, na sexta-feira, o governador de Roraima. Ele acusou José de Anchieta Júnior (PSDB) de envolvimento em um esquema de compra e descarte de medicamentos superfaturados. Para o senador, a participação da Polícia Federal na apuração desses casos é fundamental, inclusive para impedir que Anchieta Júnior paralise as investigações.

Mozarildo lembrou que o governador chegou a ter o mandato cassado, acusado de uso indevido de uma rádio estatal

durante a última campanha eleitoral, mas recorreu e obteve, na segunda-feira passada, uma liminar que o manteve no cargo.

– O governador instalou, desde o primeiro momento, um método de corrupção desenfreada no estado – declarou.

Ao explicar como funcionava o suposto esquema, Mozarildo disse que “havia um ciclo” que envolvia, por um lado, a compra de medicamentos com prazo de validade próximo do vencimento e, de outro, a dispensa de licitação sob o argumento de que essas compras preci-

savam ser feitas com urgência.

De acordo com o senador, as empresas envolvidas no esquema compravam esses medicamentos de outros fornecedores a um custo relativamente baixo (já que os produtos estavam para vencer) e em seguida os revendiam ao governo de Roraima com preços superfaturados e sem licitação. Parte desses medicamentos ia para o lixo, relatou Mozarildo. Ele acrescentou que Anchieta Júnior montou o esquema visando recolher recursos para financiar sua campanha ao governo estadual.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Senador denuncia fraudes na compra de medicamentos pelo governo estadual